

20 NOV 1997

Jeovalter Correia Santos *

Uma proposta para o Governo

GAZETA MERCANTIL

O pacote econômico, lançado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, se assemelha aos de seus antecessores não só pelo seu formato autoritário e recessivo, mas, principalmente, por beneficiar sonegadores e os eternos devedores das instituições públicas brasileiras - duas categorias formadas basicamente por gente rica. Somente em créditos a receber, órgãos como o Ministério da Fazenda, INSS, Banco do Brasil e CEF poderiam arrecadar cerca de R\$ 180 bilhões - nove vezes o prometido pelas medidas, sem a necessidade de recessão.

A recessão, o aumento do desemprego, a quebra de empresas e a vulnerabilidade do país ao capital especulativo virão na esteira deste pacote e,

por fim, os resultados no equilíbrio das contas públicas serão pífios. Com os juros altos, o governo fi-

cará refém de seu próprio remédio, pois a dívida interna chegará a R\$ 30 bilhões ao ano.

O próprio presidente FHC, quando senador, em seu relatório da CPI da Sonegação Fiscal, denunciou que para cada real arrecadado, outro era sonegado. Logo, existem bilhões de reais que poderiam chegar aos cofres públicos, não por meio de pacotes, mas de uma arrecadação e uma fiscalização eficientes. As entidades que representam os trabalhadores do fisco entendem que é possível resolver a crise financeira do Estado brasileiro valendo-se de medidas como o

combate incisivo à sonegação e aos privilégios fiscais, a moralização da ação fiscal dos governos e a execução das dívidas ativas da União, estados e municípios e da Previdência Social.

Entretanto, a equipe econômica do governo tem preferido o caminho mais fácil. Se os ricos não pagam sobra para os assalariados, que não têm como fugir das mordidas do leão no contracheque, e para toda a classe trabalhadora, que terá de apertar um pouco mais o cinto. É o caso de perguntarmos quem são os ricos e os pobres dessa história. Os ricos são os que defendem a globalização da

Somente em créditos a receber, o governo poderia arrecadar cerca de R\$ 180 bilhões - nove vezes o prometido pelas medidas

economia a todo e qualquer custo, os pobres têm sido os que pagam a conta, apesar de permanecerem

à margem dos benefícios trazidos pela decantada globalização.

Os líderes governistas permanentemente falam que os críticos do pacote só sabem dizer não, que são contra tudo, mas que não têm propostas. Pois bem, aproveito este espaço para apresentar uma proposta ao governo de Fernando Henrique: executem as dívidas existentes com a Caixa Econômica, o Banco do Brasil e a previdência que o país terá dinheiro suficiente para fazer os acertos de suas contas sem precisar elevar o desemprego, encarecer o crediário ou penalizar



o contribuinte, aumentando os juros que fazem as dívidas do governo subirem ao ponto de não ser possível seu resgate, e exigindo mais sacrifícios do povo.

Estamos apresentando nossas propostas. Contudo, duvido que este governo aplique estas medidas.

Estes grandes devedores são os usineiros, empreiteiros, latifundiários, que apóiam o governo e que, em muitos casos, contribuem financeiramente para as campanhas eleitorais governistas. Preferem partir para o lado mais fraco, que desconta o imposto de renda na fonte. O governo FHC pune o cidadão por algo que não tem absolutamente culpa, e poupa os empresários inadimplentes, muitos deles desonestos.

As medidas adotadas por FHC foram tomadas em decorrência da teimosia governista em manter a economia brasileira em um caminho extremamente perigoso. A queda da bolsa de valores da Ásia revelou de forma mais clara a fragilidade das atuais políticas cambial e econômica em que se ancora o Real, uma moeda cuja força é apenas virtual - algo como a realidade virtual dos jogos de computador onde tudo parece ser real, mas não passa de ficção. Imagens produzidas artificialmente.

Os investidores estrangeiros conhecem a fragilidade de nos-

sa moeda e cobram o equilíbrio das contas públicas antes de trazerem para cá o capital produtivo. A saída encontrada tem sido sempre a mais cômoda: cortar gastos no serviço público e jogar tributos sobre a sociedade, o que já vinha ocorrendo com as reformas administrativa e da previdência; com o pacote as pequenas doses deram lugar ao tratamento de choque, aplaudido pelo capital especulativo, que circula pelas bolsas de todo o mundo produzindo riquezas localizadas e pobreza generalizadas.

A opção do governo é clara: mantém suas alianças políticas e econômicas com o capital financeiro nacional e internacional, nem que para isso tenha que aumentar os juros, fazendo os ganhos destes especuladores triplicarem em pouco tempo, e com o empresariado retrógrado e desonesto do país, não co-

Com o pacote as pequenas doses deram lugar ao tratamento de choque, aplaudido pelo capital especulativo

brando o que estes devem para os cofres públicos.

Frases de efeito como "a inflação é o

pior imposto", ditas por FHC para defender seu pacote econômico, não o dirime dos efeitos sociais da recessão. A falta de recursos do Estado deve ser responsabilidade dos governos, que têm preferido despejar impostos em cima dos assalariados, cortar os investimentos na qualificação dos instrumentos de arrecadação e fiscalização e no serviço público em vez de cobrar dos devedores e acabar com benesses fiscais que privilegiam setores da economia nacional.

* Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco)